

CNseg defende integração do seguro desde a estruturação dos projetos para ampliar a capacidade de financiamento climático



A mobilização de capital para financiar a transição climática passa, cada vez mais, pela capacidade de identificar, distribuir e mitigar riscos. O tema esteve no centro das discussões do painel "Financiamento climático e investimento: mobilizando capital para uma transição competitiva em mercados emergentes", realizado nesta segunda-feira (3), durante evento da SBCOP (Sustainable Business COP), na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo. O encontro reuniu representantes do setor financeiro, organismos multilaterais e mercado segurador.

Ao abordar o papel do seguro na estruturação dos investimentos, Claudia Prates, diretora de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), defendeu que as seguradoras deixem de atuar apenas na etapa final das operações e passem a participar desde a construção da matriz de riscos dos projetos. Segundo ela, essa integração amplia a segurança das operações, reduz incertezas e pode melhorar as condições de financiamento. "Eu gostaria que os bancos olhassem os seguros como mitigadores de risco e que isso se refletisse até no spread, dependendo do projeto", afirmou.

A diretora lembrou que, em operações internacionais de *project finance*, a análise do pacote de seguros costuma ocorrer ainda na fase de estruturação dos empreendimentos. No Brasil, segundo ela, esse movimento ainda precisa ganhar escala. A CNseg vem trabalhando para aproximar seguradoras, bancos e setor produtivo, demonstrando como o seguro pode contribuir para reduzir riscos e fortalecer a adaptação às mudanças climáticas.

Claudia também destacou que a nova Lei do Contrato de Seguro trouxe maior segurança ao ambiente regulatório e reforçou a necessidade de ampliar o uso do seguro como instrumento de gestão de riscos. Entre as iniciativas em andamento, citou o trabalho da entidade junto a estados e municípios para desenvolver soluções voltadas à proteção contra catástrofes, além da preparação de uma agenda internacional para a COP31, em parceria com entidades do mercado segurador.

A avaliação converge com a percepção de Diogo Bardal, Operations Officer da International Finance Corporation (IFC), de que muitos projetos climáticos ainda precisam de uma etapa mais robusta de estruturação antes de acessar o mercado de capitais. "Projetos mais inovadores ainda precisam do apoio dos bancos multilaterais na fase de estruturação para se tornarem mais bancáveis e reduzirem as incertezas sobre o fluxo de caixa", disse.

Segundo Bardal, o mercado brasileiro avançou na utilização de instrumentos capazes de diversificar riscos, especialmente em projetos de bioeconomia e descarbonização. Para ele, a ampliação das provas de conceito deve favorecer a consolidação de soluções como os seguros paramétricos e outros mecanismos de transferência de riscos, ampliando a confiança dos investidores.

Do lado da atração de investimentos, Luciana Ribeiro, fundadora e CEO da Flying Rivers, avaliou que o Brasil avançou na construção de um ambiente regulatório favorável, mas ainda enfrenta dificuldades para comunicar esse cenário ao mercado internacional. "O Brasil fez o tema de casa para atrair investimentos, mas ainda precisa comunicar melhor esses avanços ao mercado internacional", afirmou.

Na avaliação da executiva, medidas como o fortalecimento do Fundo Clima, a atuação do Tesouro e do BNDES, a criação de instrumentos de *hedge* e os avanços regulatórios relacionados ao mercado de carbono contribuíram para ampliar o interesse de investidores. Ainda assim, a disputa global por capital ocorre em um contexto em que a agenda climática divide espaço com preocupações relacionadas à segurança energética, à soberania e às tensões geopolíticas, exigindo do Brasil maior capacidade de posicionar seus projetos no cenário internacional.

Ao longo do debate, os participantes convergiram na avaliação de que a disponibilidade de recursos, por si só, não garante o avanço da transição climática. A qualidade da estruturação dos projetos, a distribuição adequada dos riscos e a ampliação de instrumentos de proteção aparecem como fatores decisivos para ampliar o fluxo de investimentos destinados à adaptação e à descarbonização da economia.

A participação da CNseg na SBCOP faz parte da grande agenda da Confederação na semana do clima de São Paulo, com compromissos voltados a financiamento climático, infraestrutura, ciência, agronegócio e gestão de riscos. [Confira a agenda completa aqui](#)

Fonte: CNseg, em 03.08.2026